

## SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 7ª EDIÇÃO.....	5
NOTA DO AUTOR À 6.ª EDIÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO.....	9

### Parte I – A VISÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

INTRODUÇÃO: O OBJETIVO DO TRABALHO.....	21
1. O PROCESSO CONSTITUCIONAL.....	23
1.1 Eficiência e garantismo.....	23
1.2 A interação entre processo e Estado.....	25
1.3 A análise constitucional do processo.....	26
2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
2.1 Principais tendências.....	29
2.2 O tratamento diferenciado às diversas formas de criminalidade.....	31
2.3 A internacionalização do direito processual penal.....	34

### Parte II – PROCESSO E PROCEDIMENTO

3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	41
3.1 O processo como instituto central do direito processual.....	41
3.2 As fases conceituais do processo e do procedimento.....	42
3.2.1 Primeira fase.....	42
3.2.2 Segunda fase.....	43
3.2.3 Terceira fase.....	47
3.3 O devido processo legal e o devido processo penal.....	51
4. A GARANTIA DA IGUALDADE. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	53
4.1 O conceito de igualdade jurídica.....	53

4.2	O tratamento igualitário a todo acusado.....	54
4.3	A igualdade entre acusação e defesa .....	56
4.4	A constitucionalização do princípio da proporcionalidade .....	57
4.5	Pressupostos e requisitos do princípio da proporcionalidade.....	60
4.6	A atuação do princípio da proporcionalidade.....	62
5.	A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO .....	65
5.1	O contraditório: noções .....	65
5.2	O contraditório na Constituição Federal.....	68
5.3	As garantias do contraditório e da igualdade: confronto .....	69
5.4	A garantia do contraditório no processo penal.....	70
5.5	O art. 155 do CPP e o contraditório no processo penal .....	73
6.	A PUBLICIDADE NO PROCESSO .....	75
6.1	A garantia da publicidade dos atos processuais .....	75
7.	A PROVA .....	79
7.1	O direito à prova .....	79
7.2	As exigências do direito à prova .....	80
7.3	Prova testemunhal .....	83
7.4	Prova documental .....	85
7.5	Prova pericial .....	88
7.6	A prova ilícita. Noções.....	89
7.7	A prova ilícita na Constituição Federal e o princípio da proporcionalidade .....	91
7.8	A prova ilícita no Código de Processo Penal .....	94
7.9	A repercussão processual da prova obtida por meio ilícito.....	96
7.10	A prova obtida mediante violação do sigilo das comunicações e de dados.....	99
7.11	A interceptação telefônica. Constituição Federal. A Lei 9.296/96.....	101
7.12	Os requisitos para a interceptação telefônica (Lei 9.296/96, art. 2.º) .....	105
7.13	A produção da prova por interceptação telefônica e o conhecimento das partes.....	107
7.14	A utilização da prova obtida por interceptação telefônica em outro processo.....	109
7.15	Outros problemas decorrentes da Lei 9.296/96 .....	110
7.16	A prova e as inviolabilidades constitucionais .....	111

8. PROCEDIMENTO .....	115
8.1 O conceito de procedimento .....	115
8.2 Diversos procedimentos em um processo .....	119
8.3 Garantias procedimentais .....	120
9. PRAZO .....	123
9.1 A garantia ao prazo .....	123
9.2 A garantia constitucional do prazo razoável. O excesso de prisão .....	125
<b>Parte III – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA</b>	
10. JURISDIÇÃO PENAL.....	133
10.1 Noções .....	133
11. A GARANTIA DO JUIZ NATURAL .....	135
11.1 A tríplice garantia .....	135
11.2 A garantia na Constituição Federal.....	136
12. A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES .....	139
12.1 A garantia da motivação como garantia da jurisdição .....	139
12.2 A amplitude da garantia constitucional .....	140
12.3 A motivação suficiente e a motivação implícita .....	141
13. COMPETÊNCIA: NOÇÕES. JURISDIÇÃO PENAL EXTRAORDINÁRIA .....	143
13.1 A competência: critérios de fixação e objeto de estudo .....	143
13.2 A jurisdição extraordinária. O julgamento dos crimes de responsabilidade .....	144
14. A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	149
14.1 A competência originária do Supremo Tribunal Federal: visão geral .....	149
14.2 A competência por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal.....	150
14.3 A competência originária do Superior Tribunal de Justiça .....	152
15. JUSTIÇA MILITAR E JUSTIÇA ELEITORAL .....	155
15.1 A abrangência e a caracterização da competência da Justiça Militar .....	155
15.2 As Justiças Militares federal e estadual .....	159
15.3 Os critérios de fixação de competência das Justiças Militares .....	160

15.4	A alteração da competência pela Lei 9.299/96 e pela Emenda Constitucional 45/2004 .....	161
15.5	A competência da Justiça Eleitoral .....	164
16.	JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL .....	167
16.1	Considerações prévias sobre a competência da Justiça Federal.....	167
16.2	Competência originária dos Tribunais Regionais Federais .....	167
16.3	Competência dos juízes federais .....	169
16.4	Competência da Justiça Estadual.....	171
16.5	Outros aspectos da competência originária por prerrogativa de função.	175
17.	O JÚRI, SEUS PRINCÍPIOS E SUA COMPETÊNCIA.....	177
17.1	Evolução histórica.....	177
17.2	O júri na Constituição Federal .....	178
<b>Parte IV – AÇÃO PENAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL</b>		
18.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	187
18.1	Conceito.....	187
18.2	As espécies de ação penal segundo a titularidade do direito .....	188
18.3	Outras classificações .....	190
19.	AÇÃO PENAL PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A TITULARIDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	193
19.1	O art. 129, I, da Constituição Federal.....	193
20.	A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE .....	197
20.1	A dicotomia obrigatoriedade-oportunidade da ação penal.....	197
20.2	A prevalência do princípio da obrigatoriedade no direito brasileiro .....	201
21.	A AÇÃO PENAL E A JUSTIÇA CONSENSUAL.....	205
21.1	O caminho para a justiça consensual.....	205
21.2	Antecedentes legislativos .....	206
21.3	A Constituição Federal de 1988.....	208
21.4	A ação penal e a Lei 9.099/95: a solução por consenso e a adoção do princípio da obrigatoriedade mitigada ou discricionariedade regrada ...	209
21.5	A conciliação civil e a valorização da vítima .....	213
21.6	A transação penal.....	214
21.7	A suspensão condicional do processo.....	218

21.8	A ação penal e a justiça consensual no Código de Trânsito.....	221
21.9	A Lei Ambiental e a justiça consensual.....	222
22.	A AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA.....	225
22.1	Antecedentes e a previsão constitucional. Discussões em torno do instituto.....	225
22.2	A queixa subsidiária em caso de arquivamento do inquérito .....	227
23.	O PROMOTOR NATURAL E O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL.....	231
23.1	A evolução conceitual anterior à Constituição .....	231
23.2	O reflexo do novo texto constitucional .....	232
23.3	O princípio na legislação infraconstitucional .....	234
24.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, A POLÍCIA JUDICIÁRIA E AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....	237
24.1	A investigação pela polícia judiciária.....	237
24.2	A investigação pelo Ministério Público.....	240
24.3	A investigação pela defesa.....	241
24.4	A investigação pelas comissões parlamentares de inquérito.....	243

#### Parte V – DIREITO DE DEFESA

25.	DIREITO DE DEFESA: ASPECTOS GERAIS .....	253
25.1	A defesa como garantia e sua abrangência.....	253
25.2	A defesa e o contraditório .....	254
25.3	O paralelismo entre a ação e a defesa.....	255
26.	A DEFESA TÉCNICA E A AUTODEFESA.....	257
26.1	A abrangência da ampla defesa e da defesa técnica .....	257
26.2	A defesa técnica necessária .....	257
26.3	A defesa técnica indeclinável .....	258
26.4	A defesa técnica plena.....	259
26.5	A defesa efetiva .....	260
26.6	O direito de escolha do defensor .....	262
26.7	Curador.....	263
26.8	Outros direitos e garantias relacionados com a ampla defesa constitucional .....	264
26.9	O direito a não se autoincriminar .....	264
26.10	As manifestações da autodefesa .....	265

27. A AMPLA DEFESA CONSTITUCIONAL E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	269
27.1 A influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal.....	269
27.2 Controvérsias sobre a influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal.....	271
27.3 Posições restritivas a respeito da influência da ampla defesa no Código.....	273
27.4 A Lei 9.271, de 17.04.1996. Importância na garantia do direito de defesa.....	275
27.5 A Lei 9.271, de 17.04.1996. Suspensão da prescrição e produção de prova urgente.....	277
27.6 A restrição imposta pela Lei de Lavagem de Dinheiro.....	281
 Parte VI – MEDIDAS CAUTELARES  	
28. A CAUTELARIDADE NO PROCESSO PENAL.....	285
28.1 Noções de cautelaridade.....	285
28.2 Medidas cautelares no processo penal – Itália, Portugal, Brasil.....	286
28.3. Medidas cautelares pessoais – Lei 12.403/2011.....	289
29. PRISÃO CAUTELAR. NOÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA E PRISÃO EM FLAGRANTE.....	291
29.1 Noções.....	291
29.2 Prisão preventiva.....	292
29.3 Prisão em flagrante.....	295
30. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	301
30.1 Noções.....	301
30.2 A cautelaridade da prisão temporária.....	302
30.3 A prisão temporária na Lei 8.072, de 25 de julho de 1990.....	304
31. A SUPRESSÃO DA EXIGÊNCIA DE PRISÃO NA PRONÚCIA E PARA RECORRER.....	307
31.1 O quadro anterior à Constituição de 1988.....	307
31.2 A revogação das prisões decorrentes de sentença e de pronúncia após vinte anos da Constituição.....	308
32. LIBERDADE PROVISÓRIA E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS DIVERSAS DA PRISÃO.....	311
32.1 Noções.....	311

32.2 A cautelaridade pessoal e o princípio constitucional da presunção de inocência.....	314
32.3 A liberdade provisória antes da Constituição Federal .....	316
32.4 A liberdade provisória na Constituição Federal e em legislações posteriores .....	318
32.5. A liberdade provisória e as medidas cautelares após a Lei 12.403/2011	322
BIBLIOGRAFIA .....	325
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	343